

GIOVANNA FERREIRA SCHIMMELPFENG RAMOS

**PRINCIPAIS ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE
TRABALHO BRASILEIRO, 1991 A 2003**

**Monografia apresentada para a obtenção do título de
graduação e/ou conclusão do Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Departamento de Economia da Universidade Federal
do Paraná.**

Orientador Prof. Maurício Vaz Lobo Bittencourt

**Curitiba
2005**


TERMO DE APROVAÇÃO

GIOVANNA FERREIRA SCHIMMELPFENG RAMOS

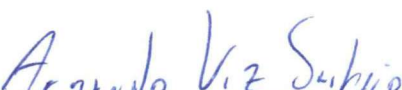
PRINCIPAIS ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE
TRABALHO BRASILEIRO, 1991 A 2003

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no
Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, analisada pela
banca examinadora formada pelos professores:

Orientador:


Prof. Mauricio Vaz Lobo Bittencourt

Membros:


Prof. Armando Vaz Sampaio


Prof. Divonzir Lopes Beloto

Curitiba, 11 de novembro de 2005.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iii
RESUMO	iv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 O PROBLEMA.....	2
1.2 OBJETIVOS GERAIS.....	4
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	4
1.4 PRESSUPOSIÇÕES.....	5
1.5 HIPÓTESES.....	6
2. EMBASAMENTO TEÓRICO	8
2.1 TEORIA MARXISTA.....	8
2.2 TEORIA MODERNA DO TRABALHO.....	10
3. REVISÃO DE LITERATURA	15
4. METODOLOGIA	18
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
6. CONCLUSÕES	27
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR GRUPO OCUPACIONAL E SEXO – 1996/1998 – BRASIL.....	3
TABELA 2	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR JORNADA DE TRABALHO – 1996/1998 – BRASIL	6
TABELA 3	PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO– 1992/2002–BRASIL.....	20
TABELA 4	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (%) E PERCENTUAL DE MULHERES NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA – 2002 – BRASIL	21
TABELA 5	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO, E PERCENTUAL DE MULHERES NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL – 2003 – BRASIL.....	22
TABELA 6	RENDIMENTO REAL MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS, COM RENDIMENTO DE TRABALHO E PERCENTUAL DO RENDIMENTO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AO DOS HOMENS – 1992/2002 – BRASIL.....	23
TABELA 7	PERCENTUAL DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA E COM REMUNERAÇÃO DO TRABALHO PRINCIPAL, EM RELAÇÃO AO DOS HOMENS – 1992/2002 – BRASIL.....	24
TABELA 8	PERCENTUAL DE PESSOAS COM 11 ANOS OU MAIS DE ESTUDO NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, TOTAL E OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO – 1993/2003 – BRASIL.....	24
TABELA 9	TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL NO BRASIL – 1991/2000.....	25
TABELA 10	TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL, POR GRUPOS DE ESTUDO DAS MULHERES – 1991/2000 BRASIL.....	25
TABELA 11	TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE DAS MULHERES E SUAS VARIAÇÕES – 1991/2000 – BRASIL.....	26

RESUMO

Este estudo tem por objetivo mostrar a crescente e contínua participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE) dos períodos de 1992 a 2003, e dados do Censo Demográfico (IBGE) dos períodos entre 1991/2000, a fim de analisar o comportamento da presença feminina frente aos desafios do mercado, bem como as desigualdades e discriminação por sexo, através dos indicadores de: ocupação (postos de trabalho), rendimento médio mensal, nível de instrução e taxas de fecundidade. O País vem passando por mudanças e transformações em todos os segmentos, principalmente, econômicos, e pode-se dizer que o mais importante foi à ampliação do contingente feminino na força de trabalho. As mulheres estão conquistando seu espaço no mercado, mas ainda existe um alto grau de segregação ocupacional por gênero, onde segmentos ditos masculinos continuam sendo ocupados praticamente apenas pelos homens, mostrando que a discriminação feminina não acabou. Apesar do nível de instrução das mulheres ser maior que o dos homens não faz com que seus rendimentos sejam maiores, isto significa que ainda persiste a desigualdade salarial entre sexos.

1. INTRODUÇÃO

A participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil sempre foi inferior à dos homens, apesar da população brasileira contar com uma pequena predominância de mulheres. (DIEESE,2001)

Ao longo do século XX, o desafio das mulheres foi modificar o quadro de apenas praticar atividades do lar e abrir novos espaços para a atuação profissional. Ao enfrentar este desafio, um maior número de mulheres passaram a ingressar no mercado de trabalho, seja por desejo pessoal de realização, por compor a renda familiar ou pela necessidade de assumir a família (no desemprego ou na falta do cônjuge). (DIEESE,2001)

O Brasil, nos últimos anos, passou por grandes mudanças e transformações demográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas. E uma das mais importantes mudanças no país foi à ampliação do contingente feminino na economia, dentro do mercado de trabalho, onde a participação das mulheres é marcada por contínuo crescimento e mudanças de acordo com os cargos ocupados por elas. (BRUSCHINI,1998)

Com a evolução e inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas conseguem emprego mais facilmente, sem contar que seus rendimentos crescem num ritmo mais acelerado que o dos homens. Apesar disso, pode-se dizer que a mulher não está em vantagem em relação aos homens, devido ao preconceito e discriminação, não só em relação à qualidade das ocupações criadas no setor formal e informal, mas principalmente em relação à desigualdade salarial entre sexos. (PROBST, 2003)

Hoje em dia, os fatores que acompanham esta crescente inserção feminina e a elevação de sua renda são a queda da taxa de fecundidade, onde a mulher passa a adiar mais seus projetos pessoais, como ter filhos, para conseguir uma boa posição no mercado de trabalho e o aumento do nível de instrução, uma de suas maiores preocupações.

A década de 90 foi um marco pelo fortalecimento da participação da mulher no mercado de trabalho e pelo aumento da sua responsabilidade familiar. O que não

desobriga as mulheres das tarefas tradicionais reconhecidas como femininas, como cuidar dos filhos, da casa, de idosos e doentes, acarretando uma sobrecarga de trabalho. O desempenho dessa dupla jornada passa a ser um traço marcante na sua vida, enfatizando mudanças no perfil feminino. (PROBST, 2003)

Nessa década, a economia tem passado por profundas transformações como: crescimento das taxas de desemprego, redução das taxas de atividades e perda da qualidade na geração de postos de trabalho, refletindo no mercado de trabalho feminino (processo de precarização do trabalho). (SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO, 2001)

Dentro deste contexto econômico, e de todas as discriminações sofridas, a mulher através de suas lutas e conquistas tem, com o aumento no poder aquisitivo e no nível de instrução, experimentado uma redução, mesmo que pequena, na defasagem salarial comparada com a dos homens. (PROBST, 2003)

1.1 - O PROBLEMA

A participação da mulher no mercado de trabalho e a respectiva ampliação desse contingente feminino foi uma das mais importantes transformações que ocorreram no Brasil nos últimos tempos. Isso foi o resultado de vários movimentos, alguns de certa forma contraditórios, enfatizando as mudanças na inserção e no perfil da mão-de-obra das mulheres, bem como na persistência de discriminações e desigualdades.

Dentro do contexto dessas transformações: demográficas, econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas, existem alguns indicadores que contribuíram para estas mudanças, que são, principalmente, a queda das taxas de fecundidade e o aumento do nível de instrução feminino, além dos novos valores relativos ao papel das mulheres dentro da sociedade e o aumento de famílias chefiadas por elas, sem contar a redemocratização do País e a reestruturação da economia brasileira. Este último é o responsável pela perda de postos de trabalho em setores formalizados e flexibilização das relações de trabalho, inserindo aí a crescente participação das mulheres dentro do mercado de trabalho. (PROBST, 2003)

Será que, dentro do processo dessas mudanças, seria possível ocorrer um maior acesso de mulheres aos empregos mais qualificados criando condições para que seja rompida a segregação ocupacional e superadas as desigualdades salariais?

Afinal, é grande o contingente de mulheres que continuam em ocupações desfavoráveis; como as domésticas, as não remuneradas, as que trabalham para o autoconsumo e as domiciliares. Nesse caso, a precarização do trabalho feminino não estaria se dando mais como o resultado da pressão dos trabalhadores expulsos dos empregos de melhor qualidade, do que o próprio movimento especificamente “feminino”? (BRUSCHINI, 1998)

TABELA 1 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR GRUPO OCUPACIONAL E SEXO – 1996/1998 - BRASIL

Grupo	Homem	Mulher
Comerciante Ambulante	13,78	15,18
Comércio Varejista e Atacadista	8,47	1,35
Construção Civil	10,27	0,11
Serviços Financeiros, Corretagem e Seguro	1,68	1,30
Serviços de Barbearia e Beleza	0,42	2,38
Serviços Domésticos	0,60	14,19
Serviços de Hotel, Bares e Restaurantes	2,64	5,44
Serviços Públicos	4,18	11,33
Esporte e Cultura	1,37	1,40
Confecção de Vestuário e Calçados	0,62	5,22
Extrativismo	0,26	0,09
Indústria de Alimentação e Fumo	0,15	0,11
Indústria de Cerâmica, Artigos de Borracha, Cimento e Madeira	2,81	0,48
Indústria Eletroeletrônica	0,30	0,35
Indústria Gráfica e Papel	1,14	0,53
Indústria Metalúrgica	6,91	0,57
Indústria Têxtil	0,45	0,41
Ocupações Genéricas de Produção	19,12	26,71
Trabalhadores Braçais	13,93	4,94
Outros	10,92	7,91

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1996,1997 e 1998
Extraído de BARROS, CORSEUIL e SANTOS, 2000.

Para ilustrar este problema, a tabela 1 acima, apresenta dados que mostram o alto grau de segregação ocupacional por gênero que ocorre no Brasil.

A evolução das formas de inserção ocupacional feminina e o aumento da participação das mulheres em melhores postos de trabalho são um tanto contraditório, por ter pontos positivos e também negativos, e por isso é importante estudar este aspecto do problema. Isto devido a alguns dos resultados de estudos exercerem influência negativa na força de trabalho feminina em geral, em particular às taxas de desemprego e de inserção em postos chamados “masculinos”.

Apesar de um maior nível de instrução não poder garantir às mulheres salários compatíveis aos dos homens no setor formal, este setor exerce uma influência ligeiramente maior dentro do mercado de trabalho. Sem contar, que a informalidade trouxe um espaço maior para a inserção feminina no mercado, mas ao mesmo tempo também deu ao homem uma oportunidade para entrar neste segmento. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996)

1.2 - OBJETIVOS GERAIS

- Demonstrar os efeitos que irão causar, bem como os resultados dos indicadores sociais e econômicos, sobre a inserção das mulheres e a mão-de-obra feminina no mercado de trabalho brasileiro.
- Verificar (ou mostrar) como se comportam as mulheres no mercado de trabalho de acordo com os indicadores sócio-econômicos.
- Verificar (ou mostrar) como se comporta o trabalho das mulheres no mercado brasileiro diante das desigualdades (salariais) e discriminação de gêneros (sexos).

1.3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Este trabalho, basicamente, consiste em mostrar a comparação das taxas de participação no mercado de trabalho por sexo, bem como os deslocamentos dessas forças de trabalho; o comportamento de variáveis associadas à inserção da família das

trabalhadoras; as desigualdades e discriminação de gênero e o perfil do trabalho feminino. Têm-se como objetivos específicos:

a) Mostrar que a história da mulher no mercado de trabalho está baseada, praticamente, em dois quesitos: diminuição da taxa de fecundidade e aumento do nível de instrução.

b) Mostrar que, apesar do preconceito e discriminação sofridos, a mulher começa a traçar um caminho sólido para mudar a realidade através da sua crescente participação e forte atuação dentro do mercado de trabalho.

c) Mostrar a capacidade feminina (determinação, coragem, competência) em romper barreiras e desafios através de suas lutas e conquistas ao longo do tempo (ex. como a redução da jornada de trabalho foi um meio de amenizar os impactos do progresso tecnológico sobre o nível de emprego no Brasil).

d) Mostrar o perfil feminino no mercado de trabalho, como a combinação de níveis e taxas de setores de atividades – elevados grau de segregação ocupacional por gênero (precarização do trabalho).

1.4 - PRESSUPOSIÇÕES

Este estudo considera as seguintes pressuposições:

- Um dos motivos que levaram as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho foi para complementação da renda, mas isso não explica o comportamento feminino no longo prazo.

- Os baixos salários das mulheres em relação aos homens, numa mesma ocupação e mesmo grau de instrução, e as desigualdades entre gênero ainda fazem parte do mercado de trabalho no Brasil, sem sofrer grandes mudanças. (DIEESE, 2001)

- Existe um alto grau de segregação ocupacional por gênero, onde setores de atividade exclusivamente feminina contam com mais mulheres do que homens e vice-versa.

- O indicador que melhor mostra a alteração do perfil da mulher é a queda da fecundidade, pois além de indicar o envelhecimento da população, indica que a mulher sem filhos está mais disponível para ocupar um lugar no mercado de trabalho.

1.5 - HIPÓTESES

Não se pode negar que as mulheres estão querendo tomar seu lugar de direito na sociedade e, principalmente, no mercado de trabalho. Dentro desse prisma, o que chama mais a atenção é a intensidade e a constância do crescimento da força de trabalho feminino no Brasil.

As hipóteses que poderão ser analisadas para o estudo consistem em:

- A duração da jornada de trabalho é uma dimensão em que o diferencial por sexo se acentua dentro do mercado de trabalho, afinal a jornada semanal média feminina é inferior a dos homens cerca de 5 (cinco) horas. Com a igualdade de gênero, as horas trabalhadas seriam iguais e, conseqüentemente, os salários se equiparariam.

A tabela 2 abaixo mostra o diferencial por sexo em relação à jornada semanal.

TABELA 2 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR JORNADA DE TRABALHO – 1996/1998 – BRASIL

Jornada	Homem	Mulher
Menor que 30 Horas Semanais	6,38	14,63
Menor que 32 Horas Semanais	9,63	22,74
Menor que 36 Horas Semanais	12,70	26,61
Menor que 40 Horas Semanais	15,05	29,66
Média da Jornada de Trabalho Semanal	43,43	38,98

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1996,1997 e 1998.
Extraído de BARROS, CORSEUIL, SANTOS e FIRPO, 2001.

- Ocorreram transformações principalmente no que se refere às altas taxas de participação das mulheres instruídas e inseridas no mercado de trabalho. É possível que, no longo prazo, o acesso de contingentes maiores de mulheres a cargos mais

qualificados crie condições para o rompimento da segregação ocupacional e a superação das desigualdades salariais.

- A precarização do trabalho feminino manteve-se praticamente inalterado na década de 90, e a hipótese de que isto estaria acontecendo, seria um resultado da pressão dos trabalhadores expulsos dos cargos de melhor qualidade (retirando os homens de suas ocupações).

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 - TEORIA MARXISTA¹

No século XIX, a consolidação do sistema capitalista trouxe inúmeras mudanças tanto no processo produtivo quanto na organização do trabalho, especialmente para a mão-de-obra feminina. O sistema de produção manufatureira (posteriormente, fabril), o desenvolvimento tecnológico e a introdução cada vez mais significativa da maquinaria vão afetar o trabalho feminino, transferindo para as fábricas tarefas antes executadas a domicílio, aumentando a força de trabalho feminina.

Na visão de Marx, subjugada em sua sexualidade, a mulher tornou-se uma agente reprodutora, gerando novas crianças e mantendo-as vivas, fornecendo assim, os primeiros braços fabris. As mulheres teriam dupla utilidade (mães/esposas), pelo seu trabalho na produção e reprodução. O estudo da família e suas funções, só podem ser corretamente realizados se a idéia for aceita como uma decorrência lógica do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em cada etapa da sociedade humana. A idéia geral é que os teóricos marxistas não dão resposta adequada às razões pelas quais as mulheres são subordinadas aos homens, dentro e fora da família.

A cooperação, que se baseava na divisão do trabalho, adquire sua forma na manufatura (processo de produção capitalista), que se origina de modo duplo, onde ocorre uma combinação de trabalhadores de diferentes ofícios sob o comando do mesmo capital. Mais tarde, com o advento da maquinaria, houve um desenvolvimento da força produtiva do trabalho, barateando as mercadorias e encurtando a jornada de trabalho do trabalhador.

A grande indústria foi o ponto de partida para revolucionar o meio de trabalho, através do sistema articulado das máquinas da fábrica. À medida que a maquinaria torna a força muscular indispensável, é introduzido o trabalho de mulheres e de crianças, se tomando um meio de utilizar trabalhadores sem essa força muscular. Com a introdução

¹ Todo o conteúdo da subdivisão 2.1 baseia-se em MARX, 1985.

do trabalho das mulheres e crianças, houve um aumento do número de assalariados, onde todos os membros da família poderiam trabalhar sem distinção de sexo e idade. Mas, ao mesmo tempo, desvaloriza a força de trabalho, pois reparte o valor da força de trabalho do homem por toda família.

Na família, o homem tinha a obrigação de manter o sustento de todos os seus dependentes. Os ganhos dos demais membros eram recebidos como complementares, a mulher deveria receber menos, pois não era dela que provinha a renda familiar. Isso reforçava a idéia de que o trabalho feminino era inferior e mal pago. Quando os homens não conseguiam manter a subsistência da família sozinhos, necessitavam do trabalho pago das mulheres e das crianças para manter o orçamento familiar. Existia uma boa oferta de trabalho feminino, pois tinha uma mão-de-obra barata e fácil de intimidar, já que grandes partes do trabalho eram executadas por meninas. Sendo assim, o objetivo dos homens era o de excluir a mulher do mercado de trabalho, pois teriam seus salários reduzidos em função da competição feminina que ganhava muito mal. Tradicionalmente, a mão-de-obra feminina sofreu altos e baixos. Quando é preciso aumentar a produção ela é chamada, em períodos de crise e recessão, é a primeira a ser dispensada.

Marx supôs que a transformação da mulher em trabalhadora assalariada mudaria a organização familiar patriarcal da classe operária, criando condições para a igualdade de gênero. Não percebeu a importância do trabalho doméstico para a acumulação capitalista, nem o papel da família como reprodução da força de trabalho.

A acumulação de capital significa o crescimento deste, mas significa também novos métodos de produção de maior escala e mais mecanizados. O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas e com isso reduz essa demanda. A existência de uma força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista criada e reproduzida diretamente pela acumulação de capital, a que Marx chamou de “exército industrial de reserva” ou “exército de reserva do trabalho”.

2.2 - TEORIA MODERNA DO TRABALHO²

Em toda a sociedade em que se vive hoje em dia, deve-se decidir o que, quanto e como produzir, e como essa produção vai ser distribuída. Além disso, precisa-se descobrir o que desejam os consumidores, quais tecnologias disponíveis para se produzir e a coordenação dessas decisões, que envolve de que maneira incentivos à mão-de-obra e o capital certos devem ser empregados, em que local e tempo adequados.

As decisões que são tomadas sobre produção, emprego e consumo têm relação com sinais de preços por meio do mercado. O mercado que coloca trabalhadores em seus empregos e organiza as decisões de emprego é o mercado de trabalho.

Todo mercado tem compradores, que são os empregadores; e os vendedores, que são os empregados. O mercado de trabalho é composto de: todos os compradores e vendedores de trabalho. Existem muitos compradores e vendedores de trabalho em um certo momento, e alguns desses participantes podem não estar ativos, no sentido de estar procurando novos funcionários ou novos empregos, mas de qualquer forma todos estão no mercado tentando “negociar”. A economia do trabalho está focada a partir da análise de como o mercado de trabalho funciona para gerar seus resultados.

As empresas devem trabalhar com três mercados para chegar ao sucesso: mercado de trabalho e mercado de capitais, onde são adquiridos os insumos; e mercado de produtos, onde a produção é vendida.

O estudo do mercado de trabalho começa e termina analisando a demanda de mão-de-obra, que são os empregadores que decidem sobre a contratação de mão-de-obra; e oferta de mão-de-obra, que são os trabalhadores efetivos e em potencial que decidem onde e se devem trabalhar. Os principais resultados desse mercado estão relacionados em: termos de emprego (salários, níveis de compensação, condições de trabalho) e níveis de emprego. E qualquer resultado do mercado de trabalho é sempre afetado pelas forças da demanda e da oferta.

Para analisar a demanda pela mão-de-obra é preciso saber como o número de trabalhadores de uma empresa é afetado por mudanças em um ou mais fatores de

² Todo o conteúdo da subseção 2.2 baseia-se em EHRENBERG e SMITH, 2000.

produção (tecnologia, capital, trabalho), mantendo todas as outras forças constantes. Ex: mudanças salariais, onde o nível de emprego desejado muda inversamente à taxa de salários, ou seja, se os salários aumentam o número de trabalhadores diminui; aumento da demanda por produtos, onde aumenta a demanda por trabalhadores, com qualquer taxa salarial; e oferta de capital diminuindo os preços de capital, onde também aumenta a demanda por mão-de-obra, mas a cada nível de salário.

Para analisar a oferta de mão-de-obra, supondo-se que os trabalhadores decidiram trabalhar, só falta decidir qual ocupação e qual empresa. Pode-se dizer que a oferta de mão-de-obra está ligada a taxa salarial oferecida em determinado mercado; quanto maior o salário, maior o número de trabalhadores interessados. Quanto às empresas, estas devem oferecer empregos comparáveis aos das outras empresas, afinal o trabalhador escolhe conforme a compensação.

Quanto à determinação salarial, o salário que prevalece em um mercado de trabalho é fortemente influenciado pelas forças da demanda e da oferta. O mercado vai estar em equilíbrio (demanda igual à oferta) quando a taxa salarial constituir o salário de compensação de mercado ou salário de equilíbrio de mercado. Este é o salário que provavelmente permanecerá no mercado de livre funcionamento.

Pode-se dizer que as pessoas que decidiram trabalhar em troca de remuneração, e que estão realmente procurando por emprego estão na força de trabalho. Estatisticamente, a disposição (decisão) das pessoas de trabalhar fora do lar constitui a taxa de participação na força de trabalho. A mudança, hoje em dia, mais expressiva é o aumento na proporção de mulheres que trabalham fora do lar, principalmente as casadas, e quais os fatores principais dessa mudança. Sem falar na evidência das mudanças sociais, na renda familiar, nas práticas de criação dos filhos e na própria família; ocorre uma diminuição na taxa de participação na força de trabalho dos homens.

Outras medidas que podem influenciar as pessoas na hora de decidirem trabalhar são as horas de trabalho e do trabalho em tempo parcial, e que não deixam de ser uma decisão do empregado também. Um fato a ser considerado é que as horas de trabalho tendem a aumentar em períodos de crescimento econômico e a cair em períodos de recessão.

A disposição das pessoas em trabalhar inclui a geração de bem-estar. A importância do bem-estar dos trabalhadores, além do lazer e de outros meios de passar o tempo (sem ser trabalho remunerado), inclui o incentivo ao trabalho através dos salários e maiores rendas. O incentivo ao trabalho, na teoria, sugere que se a renda aumenta, enquanto os salários e as preferências mantêm-se constantes, o número de horas de lazer subirá e, conseqüentemente, o número de horas desejadas de trabalho cairá.

O modelo de trabalho de produção doméstica dá a idéia de uma escolha das pessoas em como passar o tempo: trabalhando no mercado (em troca de remuneração), no trabalho doméstico ou em atividades de lazer. Neste contexto, as decisões sobre a oferta de mão-de-obra familiar são tomadas conjuntamente entre marido e mulher. As perdas por ficar em casa estão relacionadas com o salário de mercado de cada um, enquanto os ganhos dependem de seu prazer e habilidade na criação dos filhos. Devido à discriminação, ou seja, mesmo com o mercado de trabalho propiciando as mesmas oportunidades tanto aos homens quanto às mulheres, as taxas salariais para as mulheres tenderiam a ficar abaixo da dos homens. Sendo assim, se uma taxa salarial da mulher é mais baixa do que seu marido, sendo ela mais produtiva na criação dos filhos, fica evidente que a mulher fique em casa. Se a discriminação contra as mulheres for eliminada e se os papéis dos sexos na educação dos filhos se tornar distinto para meninos e meninas, no futuro poderíamos ter mais homens desempenhando esse papel. Mas, caso os dois cônjuges trabalhem remunerados por uma hora adicional, podem aumentar os recursos da família e para compensar a perda do tempo de produção doméstica alguém de fora pode executar essa tarefa. E, caso a mulher se divorcie, aumenta sua participação na força e nas horas de trabalho, devido uma perspectiva de uma renda menor com a separação.

De acordo com os aspectos do ciclo de vida da oferta da mão-de-obra, pode-se dizer que os homens mantêm-se continuamente, ao longo dos anos de idade, na força de trabalho, mas para as mulheres casadas as taxas se elevam com a idade. A teoria da produção doméstica pode explicar a elevação das taxas de participação na força de trabalho em cada década das mulheres, principalmente, após os 30 anos de idade. O modelo de produção doméstica tem como princípio que as pessoas são produtivas em 2

lugares: em casa e no trabalho. E por isso, as decisões sobre procurar trabalho no mercado e por quantas horas dependem da produtividade relativa nos dois lugares. Se uma hora adicional de trabalho no mercado der a oportunidade de comprar mais produtos necessários, vai compensar a hora de tempo perdida em casa e, portanto, a pessoa irá trabalhar para pagar essa hora adicional.

Agora, em relação à decisão de trabalhar por toda a vida, esta envolve a comparação das produtividades no mercado e na casa ao longo do tempo, tanto para o marido quanto para a mulher. Basicamente, uma pessoa tenderá a exercer atividade no mercado de trabalho quando sua capacidade de ganho (geração de renda) for elevada com relação à produtividade doméstica. As considerações do ciclo de vida na teoria de oferta de mão-de-obra são que os trabalhadores passarão mais tempo em atividades de trabalho remunerado em seus anos de meia idade (salários altos), e passarão um tempo maior em atividades de lazer em seus anos iniciais.

Com relação às mulheres e a aquisição do capital humano, pode-se analisar que mesmo com fatores como, a idade e nível educacional equivalente aos homens, os ganhos das mulheres que trabalham o tempo todo durante o ano são inferiores ao dos homens, e dentro de cada grupo educacional se elevam menos rapidamente com a idade. A teoria do capital humano analisa os incentivos das pessoas em investir em educação e treinamento e a decisão depende dos retornos financeiros esperados deste investimento, caso os retornos sejam reduzidos, os incentivos em investir em capital humano também se reduz. Para as mulheres, que as horas de trabalho são menores que as dos homens, tem uma vida de trabalho esperada mais curta, devido ao seu papel na criação dos filhos e na produção doméstica que acabam saindo do mercado por um certo tempo. Isto se reflete no treinamento no emprego, onde são menores os incentivos para investir nas mulheres, mas à medida que esse papel tradicional mude, mudarão os incentivos.

Ainda existe um outro fator que poderia explicar esse diferencial de ganhos entre homens-mulheres que é a ocupação. O que ocorre é uma tendência das mulheres serem representadas em excesso em ocupações de baixos salários e pouco representativas em ocupações de alta remuneração. Pode-se dizer que parte do diferencial salarial entre

sexos resulta de diferentes distribuições ocupacionais, sem contar a importância da educação, horas de trabalho e anos de experiência (como já foi dito anteriormente).

Como não poderia deixar de citar, a discriminação entre sexos está presente de duas formas: a salarial, onde empregadores pagam menos às mulheres com a mesma experiência e sob as mesmas condições e funções que os homens; e a ocupacional (segregação profissional), onde os empregadores reservam os empregos de maior remuneração para os homens, mesmo que as mulheres tenham o mesmo treinamento e o mesmo potencial produtivo. Desta forma, fica bem mais fácil definir a discriminação homem-mulher, do que medi-la.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Segundo PROBST (2003), com a evolução das mulheres no mercado de trabalho, elas conseguem emprego com mais facilidade, sem contar que seus rendimentos crescem num ritmo mais acelerado que o dos homens. Mas apesar disso, a mulher não está em vantagem em relação aos homens, devido ao preconceito e discriminação, principalmente, no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

BARROS, CORSEUIL e SANTOS (2000) também chegaram à conclusão de que há discriminação salarial por gênero no mercado de trabalho brasileiro, mas que ocorre principalmente quando se encontram numa mesma ocupação. Segundo os autores, apesar da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam em desvantagem em relação ao homem quando diz respeito às atividades econômicas, onde nas ocupações femininas predominam muito mais mulheres que homens e em ocupações masculinas existem muito mais homens, revelando um alto grau de segregação ocupacional por sexo. Chegaram à conclusão de que a discriminação de salários causa insuficiência na capacidade das mulheres de gerar renda e, conseqüentemente, maior bem-estar familiar, sendo que a discriminação ocupacional causa maior impacto quanto à desigualdade distributiva de renda do trabalho.

BARROS, CORSEUIL, SANTOS e FIRPO (2001) introduziram a renda como indicador de bem-estar. Apesar das mulheres apresentarem nível educacional superior ao dos homens, deveriam ter melhores oportunidades de emprego, mas não é o que se verifica, resultando em perda de bem-estar. Acrescentam, então, a hipótese de oferecer às mulheres as mesmas chances dadas aos homens no mercado de trabalho, sobre a distribuição de bem-estar e a distribuição da capacidade de geração de renda. Equiparam as mulheres aos homens, em relação a compatibilizar salários, mesma jornada de trabalho e estrutura ocupacional, chegando a um resultado de perda de bem-estar por não utilizar totalmente a capacidade das mulheres.

BARROS, MACHADO e MENDONÇA (1997) levaram em consideração a educação como principal meta para combater a pobreza, sendo que um baixo nível de escolaridade é um dos principais fatores que geram pobreza no Brasil. Mas a falta de acesso à

educação não necessariamente leva à situação de pobreza, podendo existir outros mecanismos no mercado de trabalho brasileiro (ex. inserção ocupacional) que permitem que trabalhadores com baixa escolaridade tenham rendimentos que os tirem dessa situação. Segundo os autores, a inserção ocupacional e a discriminação por gênero no mercado de trabalho brasileiro estão intimamente ligados e explicam com que frequência os homens ganham melhores salários do que as mulheres, sem contar que na grande maioria das ocupações distintas por gênero, apenas uma parte reflete no nível de renda. É importante ressaltar que a discriminação por gênero desempenha um papel preponderante, além da inserção ocupacional, na determinação do nível salarial dos trabalhadores com baixa escolaridade. Eles concluem que a inserção ocupacional é um grande mecanismo para se evitar a pobreza, inerente à educação. Este mecanismo, junto com a desigualdade entre sexos, explica por que homens obtêm ganhos maiores que as mulheres (segregação ocupacional).

BRUSCHINI (1998) também retrata a persistência de discriminações e desigualdades por gênero, enfatizando mudanças na inserção e no perfil do trabalho feminino. A análise da participação das mulheres no mercado de trabalho se insere no contexto das transformações demográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas no Brasil. Alguns dos indicadores dessas transformações são: a queda da fecundidade, a expansão da escolaridade, o envelhecimento da população, os novos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade, entre outros.

Segundo CARVALHO NETO (2001), a crescente participação feminina no mercado de trabalho é decorrência das mesmas transformações de BRUSCHINI (1998).

SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO (2001) acrescentaram fatores atuantes nas rápidas e profundas transformações do papel da mulher na economia, na família e na sociedade nos últimos tempos no País. Procuram explicar: a oferta de trabalho dos indivíduos, diferenciando a decisão de homens e mulheres em participar do mercado de trabalho, a evolução da participação por grupos etários e de educação, e a decisão das mulheres em participar ou não do mercado de trabalho. Depois das variáveis incorporadas, concluíram que a inserção da mulher na sociedade leva a um aumento de qualificação dessas mulheres, e as mudanças de atitude em relação aos desafios do

mercado de trabalho são importantes para que elas procurem uma melhor colocação profissional nos diversos setores da economia. Mas ainda restaram dúvidas quanto ao efeito disso sobre os homens na força de trabalho, e quanto ao papel das políticas públicas para ajudarem a mulher nesse novo estilo de vida.

LAVINAS, AMARAL e BARROS (2000) levantam a questão do aumento das taxas de desemprego feminino, no final da década de 90, em relação ao desemprego masculino, dentro do setor de serviços. A concorrência entre os homens e as mulheres aos mesmos postos de trabalho, tradicionalmente femininos, deixa as mulheres com nível de instrução intermediário mais vulneráveis. Fica, então, evidente a disputa existente entre homens e mulheres por postos ofertados e a característica sazonal do desemprego, onde indica as variações sazonais afetando mais fortemente a taxa de desemprego feminino do que a taxa de desemprego masculino. Com o ingresso crescente das mulheres no mercado de trabalho pode-se explicar o aumento das taxas de desemprego feminino, onde elas enfrentam um emprego precário, sujeitas aos postos de trabalho temporários e menos estáveis que os homens. Algumas conclusões são relevantes, como: a) o aumento da disputa entre os sexos por postos de trabalho que, tradicionalmente, são femininos; b) o desemprego afeta mais as mulheres com nível de instrução intermediário, estando mais protegidas as mais instruídas; e, c) em relação ao PIB, são as mulheres mais sensíveis às suas variações, independente do setor de ocupação ou o grau de escolaridade.

4. METODOLOGIA

As simulações de BARROS, CORSEUIL e SANTOS (2000) seguiram a partir de: a) a renda horária média das mulheres se aproximasse à dos homens; b) a jornada de trabalho das mulheres se aproximasse à dos homens; c) a renda média total das mulheres se aproximasse à dos homens; e, d) a renda média total e a estrutura ocupacional das mulheres se aproximassem da dos homens.

SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO (2001) adotaram em seu estudo a variável-chave TPFT – Taxa de Participação na Força de Trabalho, concentrando-se na decisão da mulher de participar ou não do mercado de trabalho, apontando de que maneira alguns fatores possam atuar nessa decisão.

LAVINAS, AMARAL e BARROS (2000) usaram em sua metodologia as áreas metropolitanas entre 1982 e 1998, tendo como base de dados a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, focalizando na desagregação dos microdados segundo o nível de escolaridade, cruzando setores de ocupação e grau de atividade econômica, para demonstrar como evoluiu o desemprego feminino.

Toda a análise de BARROS, MACHADO e MENDONÇA (1997) se baseia em dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE para a região metropolitana de São Paulo, buscando evidências e a natureza de mecanismos que permitam que trabalhadores de baixo nível educacional obtenham rendimentos que os coloquem acima da linha de pobreza.

BARROS, CORSEUIL, SANTOS e FIRPO (2001) investigam a perda de bem-estar, pois apesar da mulher ter uma educação superior a dos homens, mesmo assim as oportunidades de emprego são inferiores a deles. No entanto, o resultado do exercício contrafactual de equivalência ocupacional entre sexos no mercado de trabalho e os seus efeitos sobre o bem-estar familiar são bem limitados. Os autores, através de simulações de como os indicadores de desigualdade e pobreza poderiam se comportar diante dessas situações, mostram perda de bem-estar social devido à mão-de-obra feminina não ser utilizada por completo.

O DIEESE (2001) usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1999 para mostrar a participação das mulheres no mercado de trabalho, juntamente com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pelo DIEESE e a Fundação Seade das principais regiões metropolitanas do Brasil e do Distrito Federal.

O meu estudo baseia-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, principalmente, dos períodos de 1992 a 2002, com alguns dados apenas dos anos de 2002 e 2003, a fim de analisar a presença das mulheres no mercado de trabalho, e do Censo demográfico do IBGE, de 1991 a 2000, relacionado às taxas de fecundidade para mostrar as mudanças sociais nestes anos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa mostra que a inserção feminina no mercado de trabalho torna-se cada vez maior, e como a presença das mulheres com o decorrer dos anos se comporta em relação aos homens.

TABELA 3 - PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO – 1992/2002 – BRASIL

Percentual de pessoas ocupadas segundo o sexo

Anos	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Total	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,5

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasil, 1992 a 2002

A tabela 3 acima mostra, que a inserção feminina no mercado de trabalho teve seu nível da ocupação feminino em crescimento até 1995, com retração nas ofertas de postos de trabalho em 1996, retomando impulso e se recuperando em 1999. Já o nível de ocupação da população masculina vem caindo, e também retraiu em 1996.

Em 2003, o nível da ocupação feminina se manteve igual a 2002 (44,5%), e o da ocupação masculina continuou em queda atingindo seu valor mínimo com 67,2%. Mas de um ano para o outro, as mulheres contribuíram mais para o aumento no número absoluto de pessoas ocupadas que os homens, 547 mil contra 524 mil.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (%) E PERCENTUAL DE MULHERES NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA – 2002 – BRASIL

Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)			Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade
	Total	Homens	Mulheres	
Total(1)	100,0	100,0	100,0	41,3
Agrícola	20,6	23,5	16,5	33,1
Indústria	14,2	15,7	12,2	35,5
Ind. de transformação	13,5	14,6	12,0	36,7
Construção	7,1	11,8	0,5	2,6
Comércio e reparação	17,2	18,4	15,4	37,0
Alojamento e alimentação	3,7	3,2	4,4	48,8
Transp., armazen. e comunicação	4,7	7,1	1,2	10,9
Administração Pública	4,9	5,4	4,2	35,3
Educação, saúde e serv. sociais	8,9	3,4	16,8	77,7
Serviços domésticos	7,7	0,9	17,4	92,9
Outros serv. coletivos, sociais, pessoais	4,0	2,9	5,5	57,4
Outras atividades	6,6	7,2	5,8	36,0

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasil, 2002

NOTA: Exclusiva as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não declarada

Segundo a tabela 4, em 2002 mais da metade das mulheres ocupadas se encontravam em grupos de ocupações tipicamente femininos: serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; agrícola, comércio e reparação.

Em contrapartida, quase 70% dos homens encontravam-se em grupos masculinos, dentro dos quatro maiores agrupamentos: indústria, agrícola, comércio e reparação, e construção. Quer dizer que o maior percentual de mulheres no contingente ocupado foi no serviço doméstico (92,9%), e apenas 2,6% na construção, o que não mudou muito no ano seguinte.

De acordo com a tabela 5 a seguir, em 2003, as mulheres ainda representavam o maior percentual, de 93,5%, dos trabalhadores domésticos, sendo que dentro da população feminina ocupada, 17,3% eram trabalhadoras domésticas, e 12,8% o eram sem carteira assinada. Além disso, as mulheres contavam com 54,7% dos trabalhadores não-remunerados, bem como 69,0% dos trabalhadores para o próprio consumo, e 55,6% dos militares e estatutários. Por outro lado, 47,5% das mulheres

ocupadas eram empregadas e 25,6% o eram com carteira de trabalho assinada. Ainda dentro deste quadro, 16,3% eram trabalhadoras por conta própria e apenas 2,5% eram empregadoras.

É importante lembrar que, em relação ao número de horas trabalhadas, 42,2% da população feminina ocupada trabalhava menos de 40 horas por semana, e os homens apenas 17,9%, indicador este que se mantém assim desde 1992.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO, E PERCENTUAL DE MULHERES NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL – 2003 – BRASIL

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição dos ocupados (%)			Percentual de mulheres
	Total	Homens	Mulheres	
Total(1)	100	100	100	41,5
Empregado(2)	54,4	59,2	47,5	36,2
Com carteira de trabalho assinada	29,9	32,9	25,6	35,5
Militar e estatutário	6,6	5,0	8,9	55,6
Outro sem carteira de trabalho assinada	17,9	21,3	13,0	30,2
Trabalhador doméstico(2)	7,7	0,9	17,3	93,5
Com carteira de trabalho assinada	2,1	0,3	4,5	90,3
Sem carteira de trabalho assinada	5,6	0,5	12,8	94,6
Conta própria	22,3	26,6	16,3	30,2
Empregador	4,2	5,4	2,5	24,8
Não remunerado	7,1	5,5	9,3	54,7
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,2	2,2	7,0	69,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,1	0,2	0,1	14,8

FONTE: IBGE, Coordenadoria de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Brasil, 2003.

NOTA: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de posição na ocupação.

(2) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria de emprego.

A tabela 6 a seguir, diz respeito à variação do percentual do rendimento do trabalho das mulheres em relação ao rendimento dos homens em uma década, e mostra que a mulher ganhava menos que o homem. Os resultados apontaram que a defasagem diminuiu entre os rendimentos dos homens e das mulheres, mas a remuneração média de trabalho das mulheres ainda era muito inferior à dos homens. Em 1992, o rendimento médio das mulheres era de 61,6% em relação ao dos homens. Em 2002, esta relação chegou a 70,2%.

TABELA 6 - RENDIMENTO REAL MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS, COM RENDIMENTO DE TRABALHO E PERCENTUAL DO RENDIMENTO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AO DOS HOMENS – 1992/2002 – BRASIL

Ano	Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos (R\$)			Percentual do rendimento das mulheres em relação ao dos homens
	Total	Homens	Mulheres	
1992	506	586	361	61,6
1993	547	640	377	59,0
1995	706	816	511	62,6
1996	725	829	546	65,9
1997	717	819	538	65,7
1998	711	810	541	66,9
1999	661	746	516	69,1
2001	652	739	514	69,6
2002	636	719	505	70,2

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasil, 1992 a 2002

NOTA: Exclusiva o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Como mostra a tabela 7, em dez anos, a defasagem entre os rendimentos do trabalho principal dos homens e das mulheres mostrou uma redução em todas as posições na ocupação, mas a diferença ficou maior na categoria dos trabalhadores por conta própria.

TABELA 7 - PERCENTUAL DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA E COM REMUNERAÇÃO DO TRABALHO PRINCIPAL, EM RELAÇÃO AO DOS HOMENS – 1992/2002 – BRASIL

Percentual do rendimento médio mensal do trabalho principal das mulheres ocupadas e com remuneração do trabalho principal, em relação ao dos homens				
Anos	Empregados	Trabalhadores domésticos	Conta própria	Empregadores
1992	82	67	56	72
2002	89	72	67	77

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Brasil, 1992/ 2002

NOTA: Exclusiva o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em relação à tabela 8, houve um aumento significativo no percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo (ensino médio), que passou de 14,4% em 1993 para 24,9% em 2003. Com relação à população ocupada, o nível de instrução foi mais além em dez anos, pois o aumento foi de 19,0% para 32,5%.

O percentual de mulheres com maior nível de instrução em 2003 ficou em 26,5%, 3,4 pontos percentuais acima da taxa referente à população masculina, sendo que em 1993 essa diferença era de 1,6 pontos percentuais.

TABELA 8 - PERCENTUAL DE PESSOAS COM 11 ANOS OU MAIS DE ESTUDO NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, TOTAL E OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO – 1993/2003 – BRASIL

Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade						
Anos	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
1993	14,4	13,6	15,2	19,0	16,3	23,2
1998	18,0	16,8	19,2	24,2	20,7	29,7
2003	24,9	23,1	26,5	32,5	28,1	38,8

FONTE: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Brasil, 1993 a 2003

NOTA: Exclusiva o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Conforme se vê na tabela 9, as informações iniciais do Censo Demográfico de 2000 confirmam a tendência de queda da taxa de fecundidade. O número de filhos foi reduzido ao longo dos anos, chegando a 2,38 filhos por mulher em 2000. As mulheres, hoje em dia, têm maior acesso a métodos que permitem regular os nascimentos, por isso, as taxas observadas são menores.

TABELA 9 - TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL – 1991/2000 – BRASIL

Ano	Taxas de fecundidade	
	1991	2000
	2,89	2,38

FONTE: IBGE, Censo Demográfico. Brasil, 1991/ 2000

TABELA 10 - TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL, POR GRUPOS DE ESTUDO DAS MULHERES – 1991/2000 – BRASIL

Sem instrução e menos de 1 ano	Taxas de fecundidade			
	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 ou mais
4,12	3,62	2,97	2,22	1,48

FONTE: IBGE, Censo Demográfico. Brasil, 1991/ 2000

Outra variação observada na tabela 10 refere-se aos anos de estudo das mulheres no Brasil. À medida que aumenta a instrução das mulheres, as taxas de fecundidade total caem. O Censo 2000 demonstrou que as mulheres com 11 anos ou mais de estudo tinham média inferior a 1,5 filhos. Por outro lado, as sem instrução e as com menos de um ano de estudo chegavam a ter acima de quatro filhos.

TABELA 11 - TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE DAS MULHERES E SUAS VARIAÇÕES – 1991/2000 – BRASIL

Grupos de idade da mulher	Taxas específicas de fecundidade		Variação entre 1991 e 2000 (%)	
	Ano	1991		2000
15 – 19		0,0748	0,0938	+25,4
20 – 24		0,1450	0,1356	-6,5
25 – 29		0,1357	0,1145	-15,6
30 – 34		0,0943	0,0748	-20,7
35 – 39		0,0561	0,0404	-28,0
40 – 44		0,0254	0,0134	-47,2
45 – 49		0,0059	0,0022	-62,7

FONTE: IBGE, Censo Demográfico. Brasil, 1991/ 2000

Em relação à taxa de fecundidade por grupos de idade das mulheres ao longo do período fértil (de 15 a 49 anos de idade), conforme a tabela 11, os dados iniciais mostram reduções das taxas em todas as faixas etárias (gradativamente), exceto entre as jovens de 15 a 19 anos, que registraram aumento da fecundidade, o que ocorre a algum tempo, em várias regiões do Brasil.

6. CONCLUSÕES

É inegáveis a crescente e contínua participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, e que as mudanças ocorridas no País nestes dez anos fez com que a mulher estivesse presente em todos os segmentos da economia, mesmo sendo em pequeno grau.

Constatou-se que ainda existe um alto grau de segregação ocupacional, onde segmentos femininos continuam sendo “redutos” das mulheres e os homens continuam em ocupações masculinas (precarização do trabalho feminino), apesar das mulheres já terem revelado “talentos masculinos” e assumirem cada vez mais o comando das famílias. Ainda assim, a jornada de trabalho continua menor nas ocupações femininas dentro do mercado em relação às masculinas, apesar de existir a “dupla jornada” para as mulheres, trabalho remunerado e no lar (não se têm dados quanto à participação dos homens dentro do lar).

O nível de instrução das mulheres encontra-se num patamar mais alto do que o dos homens, em parte, isto é devido a uma maior taxa de escolarização feminina. Pode-se dizer que essa diferença de nível de instrução entre os sexos se acentuou na população ocupada, afinal as mulheres têm maior interesse de entrar no mercado de trabalho e mais chances com alto nível educacional. Mas com maior nível de instrução, não quer dizer que as mulheres irão ter maiores ou iguais salários que os homens, mesmo no longo prazo, como a hipótese presumia numa superação das desigualdades salariais.

A análise reflete na pressuposição de que realmente a queda da fecundidade pode ser um forte indicador para mostrar que o perfil feminino está mudando, afinal quanto maior é o grau de escolaridade, menos filhos a mulher tem, um indício de que ela está mais preocupada com sua carreira e ascensão no mercado de trabalho.

Com relação ao rendimento médio mensal das mulheres, este continuou inferior ao dos homens, apesar da defasagem entre rendimentos dos dois gêneros que mostrou uma boa redução em dez anos. As mulheres têm tido uma maior autonomia, mas isto ainda

não se refletiu na igualdade de renda em relação aos homens, a desigualdade entre sexos persiste.

Os objetivos do estudo foram alcançados mostrando o quanto as mulheres são capazes de enfrentar quando existe algum tipo de necessidade ou vontade, apesar das desigualdades salariais e discriminações ocupacionais, levando o trabalho feminino a alcançar patamares até agora nunca alcançados.

Não é possível mensurar a capacidade de geração de renda das mulheres e do comportamento da economia em relação ao desempenho feminino que está cada vez mais atuante, mas por que não dizer recente, até por que a discriminação entre sexos no mercado de trabalho, mesmo velada, ainda existe. Sendo que o equilíbrio da economia do País é muito importante para que o rumo do mercado de trabalho tome suas rédeas e a mulher tenha realmente uma parcela equivalente ao homem em todos os sentidos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R., CORSEUIL, C., SANTOS, D. A natureza da inserção feminina e dos diferenciais por gênero no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, n. 13, ano 5, 2000.

BARROS, R., CORSEUIL, C., SANTOS, D., FIRPO, S. Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem-estar. *Texto para discussão nº 796*. IPEA, 2001.

BARROS, R., MACHADO, A., MENDONÇA, R. A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero. *Texto para discussão nº 453*. IPEA, 1997.

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? *Latin American Studies Association*, 1998.

CARVALHO-NETO, J. Mulher e trabalho: continuidade ou ruptura? Curso de Análise de Conjuntura Econômica, 2001.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. Cap. 4 – As mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: DIEESE, 2001.

EHRENBERG, R., SMITH, R. A Moderna Economia do Trabalho – Teoria e Política Pública. Caps. 2, 6, 7,9, 12. São Paulo: MAKRON books, 2000. 5ª Edição.

IBGE. Censo Demográfico de 1991/2000. Busca de Fecundidade. Disponível em: < <http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 19 outubro de 2005, às 14:15 hs.

IBGE. Coordenadoria de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 1992-2003. Busca de Indicadores Trabalho Mulher. Disponível em: < <http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 07 outubro de 2005, às 9:00 hs.

LAVINAS, L., AMARAL, M., BARROS, F. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. *Texto para discussão nº 756*. IPEA, 2000.

MARX, K. O Capital – Crítica da economia política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Caps. XI e XIII. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PROBST, E. A evolução da mulher no mercado de trabalho. *Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG*, 2003.

SCORZAFAVE, L., MENEZES-FILHO, N. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 31, n. 3, p.441-478, 2001.